

Democracia local: o papel dos municípios na universalização da educação cidadã no Brasil

João Tavares
Helena Schmidt
Tashi de Fáveri

Resumo

O artigo explora o papel dos municípios na promoção da educação cidadã, destacando desafios e propondo estratégias de implementação. Utilizando uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental do relatório 'Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã no Brasil: a formação para a cidadania como uma política pública nacional', produzido pela Rede Nacional de Educação Cidadã no âmbito do Conselho Consultivo para a Educação Democrática, o artigo identifica a falta de educação cidadã como um desafio persistente, exacerbado por legados históricos e resistência política. O estudo conclui que a universalização da educação cidadã requer um esforço coordenado entre diferentes níveis de governo e parcerias com a sociedade civil, com as elites políticas municipais desempenhando um papel importante no processo de capilarização da educação democrática. Recomenda-se a criação de programas municipais, formação de professores, disponibilização de materiais didáticos e monitoramento das metas de formação cidadã, destacando a importância da colaboração entre setores público e privado para fortalecer a democracia no Brasil.

Abstract

The article explores the role of municipalities in promoting citizen education, highlighting challenges and proposing implementation strategies. Using a qualitative approach based on a bibliographical review and documentary analysis of the report ‘Pathways to the Universalization of Citizen Education in Brazil: training for citizenship as a national public policy’, produced by the National Network for Citizen Education within the framework of the Consultative Council for Democratic Education, the article identifies the lack of citizen education as a persistent challenge, exacerbated by historical legacies and political resistance. The study concludes that the universalization of citizen education requires a coordinated effort between different levels of government and partnerships with civil society, with municipal political elites playing an important role in the capillarization process of democratic education. It recommends creating municipal programs, training teachers, providing teaching materials and monitoring citizen education goals, highlighting the importance of collaboration between the public and private sectors to strengthen democracy in Brazil.

Convidado a elaborar o prefácio da 4ª edição do livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, o historiador José Murilo de Carvalho, célebre também pelas suas elaborações sobre a formação da cidadania brasileira, sintetizou a visão de Leal sobre a democracia em nível municipal no Brasil vaticinando que “[...] na medida em que a cidadania ainda não chegou a todos os recantos e a toda a população do país, os valores autoritários que conformam o *coronelismo* continuarão a nos desafiar com novas tarefas”. Símbolo do encontro intelectual entre o primeiro formulador de uma visão municipalista da sociologia brasileira e um de nossos maiores historiadores, tal afirmação permanece atual também aos que encampam uma bandeira de pouca atenção na agenda da democracia brasileira: a educação cidadã.

Mas como podemos descrever, afinal, esse conceito disputado que é a cidadania? De acordo com Azevedo (2001, p.89) a cidadania pode ser entendida como “o conjunto de direitos civis, políticos e sociais que uma pessoa possui legitimamente, a partir do seu nascimento”. Hábito da ciência política moderna, brasileira e estrangeira, é deixar de lado, no entanto, o pressuposto fundamental para uma cidadania plena: que esse mesmo cidadão saiba, afinal, quais são esses seus deveres e seus direitos para exercê-los de maneira plena. Em palavras mais claras, nos falta o provimento de uma educação cidadã, política e democrática, que forme cidadãos ativos, participantes, capazes de julgar e escolher (BENEVIDES, 1996) – uma das tarefas não cumpridas da democracia, na visão de Norberto Bobbio, ou uma das tarefas que ainda nos desafiam, como escreveu José Murilo.

Não é preciso analisar profundamente a realidade educacional brasileira para afirmar que a difícil tarefa de universalizar a educação que prepare para o exercício da cidadania, como dispõe o art. 205 da Constituição Federal, permanece incompleta. É, afinal, um tema que “esvaiu-se na confusa e inflacionada agenda da redemocratização” (DANTAS, 2015). Do ponto de vista da elaboração de um diagnóstico prático que almeje a universalização da educação cidadã no país, portanto, é preciso que se responda às seguintes perguntas: o que afastou e como incluir a pauta da educação cidadã na agenda pública brasileira?

Além da falta de entusiasmo estrutural da população brasileira sobre a política – pesquisa de 2016 realizada pela OCDE revelou que o país é o segundo país do mundo menos interessado no assunto-, a resistência à entrada do tema na agenda pública possui dois marcos simbólicos que expressam vontades histórico-sociais mais amplas. A primeira delas é alimentada pelo que Luiza Jardim (2018) chamou de “legado negativo que as matérias obrigatórias do século XX deixaram no país”, pelo caráter eminentemente doutrinador da Educação Moral e Cívica praticada durante o regime militar e de outras experiências traumáticas que remontam à República Velha e ao varguismo. Um segundo fator, mais recente, diz respeito aos movimentos de “caráter antipolítico e antide-

mocrático”, como o Escola Sem Partido, surgidos no Brasil a partir de 2016 e que de forma bem-sucedida influenciaram a formação da opinião pública brasileira nos últimos anos (PENNA, 2018).

Ainda que a inserção do tema na agenda pública seja um esforço fundamental para a consolidação da educação cidadã no Brasil, cumpre salientar que já existem previsões legais suficientes para balizar a prática nas salas de aulas brasileiras, mesmo que de forma transversal – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as competências da Base Nacional Comum Curricular são exemplos disso. Permanece, porém, o desafio de implementar as políticas públicas que possuem previsão legal – o que tão comumente marca a separação do Brasil legal com o nosso Brasil real. Nesse sentido, o caso da educação cidadã encontra semelhança com o movimento pelo ensino da história africana e indígena no Brasil: previsto em lei desde 2003, sua efetivação ainda esbarra em resistência política e em dificuldades de ordem técnica, como a formação de professores, o treinamento da comunidade escolar e a disponibilização de materiais didáticos adequados que permitam sua execução (GONÇALVES, 2019).

Discorrido esse breve panorama sobre a situação da educação cidadã no Brasil, cumpre voltarmos à pergunta orientadora do presente trabalho: qual é, afinal, o papel dos municípios na universalização da educação cidadã no Brasil? Ora, o município é, por essência, uma escola da democracia, dado que o aprendizado para a cidadania começa no plano municipal. De acordo com Eduardo José Grin (2018), “o argumento central é que esse nível de governo está mais próximo dos cidadãos, e trata mais diretamente com temas de seu interesse, o que facilita o engajamento cívico nas instituições locais (PRATCHETT, 2004).” Tal entendimento do nível local como indutor da experiência democrática possui ampla previsão na literatura e é explorado desde o século XIX, quando autores como John Stuart Mill já afirmavam que “o envolvimento do cidadão nas atividades do governo local representativo era essencial para a sua educação política” (MILL, 2001).

Berço da “comunidade cívica” que exerce sua cidadania ao participar dos negócios públicos (Putnam, 2006), os municípios enfrentam,

no entanto, obstáculos próprios na tarefa de universalizar a educação cidadã no país – desafios estes que fogem à dificuldade de formulação da agenda, uma tarefa estrutural.

Um primeiro desafio, portanto, é a resistência do poder político em nível municipal – e também do poder econômico. Autor de obra seminal na teoria das elites e sua captura do poder local, Floyd Hunter discorre em *Community Power Structure: a study of decision makers* (1973) sobre o domínio da política por “pequenos círculos de poder” que controla decisões governamentais, privando a autonomia da burocracia municipal (GRIN, 2006), afastando sua primazia pela busca do melhor interesse público e a mantendo apenas como “correias de transmissão dos interesses de quem tem o “controle” do Estado” (MARQUES, 2003). Não à toa, verificou-se maior desenvolvimento econômico e social em municípios brasileiros que, entre os anos 1940 e 2000, tiveram maior alternância real de poder (FERRAZ, 2020) – em outras palavras, a democratização do poder municipal provoca mudanças não apenas no poder político, mas altera também as estruturas do poder econômico local.

Mas mesmo onde houve desconcentração do poder local e por consequência se estabeleceram coalizões políticas dominantes (MOLLENKOPF, 1992), um segundo fator surge como dificultador para a implementação de políticas públicas em nível local: a capacidade estatal, ou *policy capacity*, no conceito de Wu, Ramesh e Howllet (2015), para a implementação de políticas públicas de educação cidadã. Em estudo que analisa os resultados educacionais municipais frente às capacidades administrativas e financeiras das respectivas gestões, Vasquez (2012) conclui sobre a importância das competências de gestão e eficiência dos arranjos locais de governança para a obtenção de resultados positivos – ficando em segundo plano, portanto, regras e incentivos estabelecidos pelo governo federal (GRIN, 2021). Nesse sentido, mesmo que haja vontade social, política e burocrática para a implementação de políticas de educação cidadã em nível municipal, o componente técnico se apresenta como fator limitador da sua expansão formal por meio da rede pública de ensino.

Tal limitação para a expansão da educação cidadã se mantém como barreira na medida em que ainda são ausentes as diretrizes mais claras por parte de governos estaduais e do Ministério da Educação, apesar da previsão legal para o ensino da cidadania nas escolas mencionada anteriormente. Em um país em que os 51.5 milhões de estudantes matriculados na educação básica estão divididos entre 5.565 municípios, é difícil conceber que a tarefa de universalizar a educação cidadã de qualidade no Brasil seja possível sem contar com um esforço coletivo e coordenado entre o governo federal, as redes estaduais e municipais de educação e os atores externos ao poder público (BURGOS, 2014), como o Consed, a Undime e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos.

A lacuna institucional deixada pelo Poder Executivo em seus diferentes níveis na temática da educação cidadã não significa, no entanto, que não existam iniciativas públicas e privadas que estejam formando cidadãos com excelência no Brasil. Desde 2022 e com o propósito de fortalecer a democracia no Brasil ao estimular o ecossistema de educação cidadã, a Rede Nacional de Educação Cidadã reúne projetos sem fins lucrativos da sociedade civil e iniciativas públicas em diferentes poderes, níveis federativos e estados que atuam na formação para a cidadania em seus mais variados formatos. Tais iniciativas são também entendidas como valiosos laboratórios de metodologias, currículos e boas práticas que podem e devem inspirar gestores públicos na área da educação a elaborar suas políticas públicas no tema – não à toa, com frequência muitas das organizações envolvidas firmam termos de cooperação com o Poder Público para compartilhamento de expertises técnicas e prestação de serviços, como a formação de professores.

Entre as iniciativas de maior capilaridade nesse mosaico de atores estão as Escolas do Legislativo. Possuindo entre suas funções a premissa de trabalhar temas de educação cidadã com a sociedade, as Escolas do Legislativo têm como origem as Câmaras Municipais ou Assembleias Legislativas, possuem atividades em mais de 330 municípios brasileiros e estão reunidas sob a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo

e de Contas (Abel), sendo um exemplo de política pública de educação cidadã fora do Poder Executivo que merece ser valorizada também por sua origem no plano municipal . Como destacado por Thiago Sampaio e Marina Siqueira (2013):

No Brasil, os programas de educação cívica possuem como característica marcante serem promovidos pelo Poder Legislativo em articulação com ONGs, escolas e agentes internacionais. Tais programas, em sua maioria, são gestados com objetivos que vão além do simples fortalecimento da democracia: por trás, há, geralmente, o desejo de propagar a imagem do Legislativo como espaço transparente e aberto ao diálogo (FUKS e FIALHO, 2009; MANGUE, 2008).

Entre o trabalho das Escolas do Legislativo, das organizações sem fins lucrativos e das demais entidades governamentais que atuam no tema – como as controladorias, as escolas do judiciais e da Justiça Eleitoral e os tribunais de contas – reside, no entanto, um enorme desafio: a concentração de boa parte das iniciativas de educação cidadã no Brasil no eixo sul-sudeste. Cientes do desafio de realizar um levantamento quantitativo, por hora é possível afirmar que existem no Brasil os chamados ‘desertos cívicos’ – bolsões onde a cultura democrática ainda não atingiu o ciclo virtuoso de autopropagação por meio de iniciativas como a educação cidadã.

Impacto previsto nos municípios

A implementação das propostas de educação cidadã por diferentes setores e atores na sociedade pode ter um impacto significativo nos municípios. Ao promover uma cultura de cidadania mais sólida e participativa, espera-se uma série de resultados positivos.

Primeiramente, a educação cidadã pode contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas locais. Com cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, e capacitados para participar ati-

vamente da vida política e social, é possível esperar uma maior transparência e accountability por parte dos governantes. Isso pode resultar em uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos, com políticas mais alinhadas às necessidades e demandas da população.

Além disso, a educação cidadã pode promover uma maior coesão social e redução das desigualdades nos municípios. Ao empoderar os cidadãos, especialmente aqueles historicamente marginalizados, para participar dos processos decisórios, é possível ampliar a representatividade e inclusão nas políticas públicas. Isso pode contribuir para a construção de comunidades mais coesas e solidárias, onde todos se sintam parte integrante e valorizada. Nas palavras de Grin (2018):

Mais democracia local cria cidadãos mais confiantes e contribui para difundir essa cultura em toda a sociedade. A ocorrência desse processo nas localidades é uma pedra angular para sedimentar esses valores em toda nação. Assim, se governos locais eleitos pelas regras da democracia representativa desenvolvem formas de ampliar a participação dos cidadãos nos negócios públicos, e se tornam mais *accountables*, contribuem para desenvolver o comportamento cívico (PRATCHETT, 2004).

De fato, a implementação de programas de educação cidadã pode contribuir para o fortalecimento da coesão social e da identidade comunitária. Ao promover o diálogo intercultural, o respeito à diversidade e a valorização das especificidades locais, é possível criar comunidades mais inclusivas e acolhedoras, onde todos se sintam pertencentes e cooperem positivamente pela preservação do bem-comum.

Outro impacto importante é o fortalecimento da cultura de paz e resolução pacífica de conflitos. A educação cidadã, ao promover o diálogo, o respeito à diversidade e a mediação de conflitos, pode contribuir para a construção de ambientes mais harmônicos e seguros nos municípios. Isso pode resultar em uma redução da violência e criminalidade, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento humano e social.

Resultados esperados em nível municipal

Em termos da qualidade dos resultados educacionais, espera-se uma maior qualidade e relevância dos processos educativos, com currículos mais contextualizados e alinhados com as necessidades e realidades locais. A concepção de um corpo escolar voltado à cidadania permite que os alunos não apenas adquiram conhecimentos acadêmicos, mas também desenvolvam habilidades socioemocionais, éticas e cívicas essenciais para sua formação integral como cidadãos ativos e participativos e mais adaptados às competências essenciais apontadas como demandas para o mercado de trabalho do século XXI.

Miller (2010) considerou que as escolas não são as únicas fontes de educação cívica, mas são essenciais porque cultivam a próxima geração de cidadãos e líderes cívicos nos quais a manutenção da democracia depende. Por outro lado, investigações recentes estabeleceram que mais anos de escolaridade estão associados a uma maior participação cidadã. Ao observar o papel das escolas na educação cívica, Miller enfatiza a importância do ambiente escolar na formação dos futuros cidadãos e líderes democráticos, destacando que as escolas desempenham seu papel crucial na promoção da participação cívica e na construção de uma cultura democrática e preparando os alunos para exercerem seus direitos e deveres de forma responsável e informada.

Por sua vez, as pesquisas de Kahne & Sporte (2009) e Hauser (2000) demonstram a relação entre a educação formal e a participação cidadã, apontando que mais anos de escolaridade estão associados a uma maior probabilidade de envolvimento cívico. Esses estudos também identificam algumas das condições educacionais que influenciam essa relação, como a qualidade do currículo, a formação de professores e a disponibilidade de recursos educacionais. A educação cidadã pode, portanto, estimular um maior engajamento dos cidadãos nos processos decisórios, desde o nível local até o nacional. Isso resulta em uma democracia mais vibrante e representativa, na qual os interesses e necessidades da popu-

lação são efetivamente considerados e atendidos pelos governantes. Em seu livro *Governos Locais*, Grin (2018) destaca que:

[...] essa abordagem se tornou mais conhecida nos escritos de Tocqueville e Stuart Mill. Mais recentemente, ganhou popularidade nas formulações sobre capital social de Robert Putnam. De forma resumida, a participação cívica dos cidadãos na comunidade local é uma causa essencial para a qualidade dos governos locais. A administração pública seria produto de uma sociedade civil composta de cidadãos educados, interessados no bem público e dispostos a manterem vínculos sociais de confiança como base da ação governamental.

Explicitado o papel das escolas como promotoras da educação cidadã, é também importante reconhecer que a educação cívica não se limita ao ambiente escolar e que outras instituições e atores sociais também desempenham um papel importante nesse processo. Assim, reforçando o diagnóstico apresentado ao início do texto, é necessário adotar uma abordagem ampla e integrada para promover a educação cívica nos municípios, envolvendo não apenas as escolas, mas também a sociedade civil, a governança local e outras partes interessadas.

Além disso, a implementação de programas de educação cidadã pode contribuir para o fortalecimento da coesão social e da identidade comunitária. Ao promover o diálogo intercultural, o respeito à diversidade e a valorização das especificidades locais, é possível criar ambientes mais inclusivos e acolhedores, onde todos se sintam parte da mesma comunidade e trabalhem juntos para o bem comum. No campo da justiça social, a educação cidadã pode contribuir para a redução das desigualdades e injustiças, ao empoderar os cidadãos para exigir seus direitos e combater todas as formas de discriminação e exclusão. Isso pode resultar em uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm oportunidades iguais de desenvolvimento e realização pessoal.

Em suma, a implementação da educação cidadã no nível municipal em diferentes esferas pode ser um catalisador poderoso para a construção de sociedades mais justas, democráticas, inclusivas e desenvolvidas, onde todos os cidadãos tenham voz, valor e dignidade.

Estratégias para a universalização da Educação Cidadã em municípios

Em um projeto contínuo de dez meses entre 2022 e 2023, a Rede Nacional de Educação Cidadã promoveu, revisou e compilou aprendizados obtidos a partir do Conselho Consultivo para a Educação Democrática, um conselho da sociedade civil formado por 63 pesquisadores e gestores das áreas da educação e da educação cidadã. O resultado foi o documento “Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã”, contendo diretrizes e recomendações de políticas públicas para fortalecer a pauta no Brasil e que foi entregue a diferentes atores estatais em Brasília em março de 2023.

Apesar de centrado no Governo Federal, o documento possui recomendações e desdobramentos práticos plenamente úteis aos gestores públicos de nível municipal no Brasil. Uma das recomendações iniciais é a necessidade de promover parcerias e colaborações entre diferentes atores, incluindo o poder público, o terceiro setor, as instituições educacionais e a sociedade civil. Através de uma abordagem cooperativa e orientada para resultados, é possível fortalecer a educação cidadã como uma ferramenta para promover a democracia e a participação cívica em todo o Brasil. Ao conectar o conceito à prática, essas estratégias têm o potencial de transformar positivamente a realidade dos municípios brasileiros, construindo uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva para todos os cidadãos. Nesse sentido, o documento destaca quatro estratégias fundamentais, aqui adaptadas ao nível local por iniciativa dos autores:

1. Criação de um Programa Municipal de Fomento à Cultura Democrática com uma forte governança

A criação de um Programa Municipal de Fomento à Cultura Democrática, com abordagem multissetorial e envolvendo Secretarias responsáveis, visa consolidar a educação cidadã como pilar essencial para o fortalecimento da democracia no nível local. Esse programa, acompanhado por um conselho consultivo permanente, seria responsável por monitorar e avaliar o progresso das iniciativas, garantindo uma abordagem participativa e estratégica. Nesse sentido, a formação de um arranjo de governança que envolva atores além do Poder Executivo é fundamental para coordenar o planejamento, a execução e avaliação de políticas de educação cidadã no nível local. O envolvimento de técnicos da Secretaria da Educação, de professores, comunidade escolar e da sociedade em geral deve ser acompanhado da participação de parceiros em outras Secretarias e, de outros Poderes, como as Câmaras dos Vereadores, por meio das Escolas do Legislativo, e de órgãos do Poder Judiciário, como as escolas judiciárias e as escolas eleitorais. A participação de tais instituições possuem o condão de elevar o nível técnico das proposições do Programa e colaborar para a racionalização de recursos em sua execução. Por fim, cabe ressaltar a importância da participação, formal ou não, dos Atores Externos ao Poder Público (AEPPS) que desenvolvam trabalho consolidado em educação cidadã, em conceito de Hoyler (2014), como OSCs dedicadas à causa.

2. Formação de professores para a Educação Cidadã em nível local

Uma vez definidas as estratégias, metodologias e abordagens que serão utilizadas na promoção da educação cidadã no município, é preciso formar professores para a sua implementação. Levando em conta que a capacidade dos municípios brasileiros de promover a formação de professores é heterogênea e marcada por desigualdades, destacamos a importância da colaboração para o sucesso dessa etapa. Parcerias com

universidades e instituições de ensino superior, com organizações da sociedade civil e até mesmo a formação de consórcios intermunicipais no tema podem ser estratégias eficientes na supressão das fragilidades da formação local de professores, especialmente nos menores municípios. A capacitação à distância e o uso de tecnologias também são essenciais para possibilitar e executar o processo formativo.

3. A disponibilização de materiais didáticos em Educação Cidadã

A estratégia de mapear e disponibilizar materiais didáticos voltados para a formação cidadã é fundamental para capacitar os professores e enriquecer o currículo escolar. Em nível municipal, isso implica em proporcionar o acesso a esses recursos, tanto físicos quanto digitais, aproveitando os materiais existentes – que são muitos e, em geral, são disponibilizados de maneira gratuita em sua versão digital. Além disso, é importante incentivar o uso de tecnologias em sala de aula e metodologias participativas, como jogos e gincanas, como forma de complementar o ensino formal e trabalhar a educação cidadã também em atividades extraclasse.

4. Monitoramento e avaliação de metas de formação cidadã

A priorização da formação cidadã como meta central da educação básica deve ser acompanhada por indicadores de monitoramento e avaliação, tanto em nível federal quanto municipal. Isso permitirá um melhor entendimento das necessidades e oportunidades relacionadas à educação cidadã e garantirá a eficácia das políticas implementadas. Em nível municipal, o monitoramento local do impacto da educação para a cidadania seria fundamental para avaliar o progresso e identificar áreas de melhoria.

Conclusão

Este artigo visou contextualizar a Educação Cidadã como um elemento crucial para o fortalecimento da cultura democrática no Brasil.

A partir de consultas e diálogos com diversos setores, partimos de um breve panorama sobre a situação da educação cidadã no Brasil de hoje, mapeamos metodologias, atores e contribuições setoriais para avançar nessa área e coordenar a comunicação dentro desse ecossistema.

Além de discorrer sobre teorias do governo local e suas capacidades de formulação e execução de políticas públicas, apresentamos uma interpretação preliminar do panorama atual da educação cidadã no Brasil, identificando quem está envolvido e onde, e delineamos estratégias para fortalecer o acesso à educação cidadã. Além do esperado protagonismo do poder público e da sociedade civil organizada, vemos novas oportunidades de engajamento na agenda ESG, na qual o segundo setor pode contribuir significativamente para a promoção da educação para a cidadania.

O documento “Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã” delinea papéis claros para o poder público e o terceiro setor na promoção da educação para a cidadania no Brasil. Enquanto as organizações e indivíduos da sociedade civil organizada se destacam como centros de inovação na educação cidadã, o poder público possui a capilaridade capaz de alcançar todos os brasileiros regularmente matriculados, embora possa precisar de apoio para fortalecer suas capacidades estatais. A colaboração entre esses dois atores pode ajudar a superar suas respectivas desvantagens e impulsionar o avanço conjunto.

No ano de 2024 o Brasil se direcionará às urnas para eleger seus representantes no nível municipal – e tem uma chance ímpar de alavancar compromissos direcionados à promoção da educação cidadã. No cenário da ascensão de movimentos antidemocráticos, evidenciados nos atentados contra a praça dos três poderes no dia 8 de Janeiro de 2023, este ciclo eleitoral apresenta uma oportunidade de salientar a educação cidadã como um pilar do futuro do Brasil. Candidatos que se propõem a promover valores democráticos em seus mandatos, assim como entidades da sociedade civil, devem pautar a importância do tema e publicamente afirmar compromissos comuns para e com a educação para a cidadania. Liderando através do exemplo, municípios de qualquer di-

menção podem liderar o movimento de fomento à cultura democrática em nível nacional.

Somente trabalhando de forma colaborativa, informada e articulada, poderemos enfrentar os desafios complexos que impedem a universalização da educação cidadã no Brasil. Ao continuar esse diálogo e dedicar esforços para reduzir a lacuna entre o Brasil idealizado nas leis e o Brasil real na implementação, podemos fortalecer nossa cultura democrática e construir uma base comum para verdadeiramente transformar as práticas políticas no país.

Referências

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; and MARTINEZ-BRAVO, Monica. **Political Power, Elite Control, and Long-Run Development: Evidence from Brazil**. NBER Working Paper Series, Working Paper 27456, June 2020.

GRIN, Eduardo José. ABRUCIO, Luiz Fernando. **Governos locais: uma leitura introdutória**. Coleção Governo e Políticas Públicas. Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel e ABRUCIO, Fernando Luiz (Orgs.). **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. 714 p.: pd

HOYLER, Telma. BURGOS, Fernando. BRESLER, Ricardo. PAULICS, Veronika. Governança ajuda ou atrapalha? Reflexões sobre a gestão educacional local. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Universidade Federal da Bahia. Maio de 2018.

HOWLETT, M. Policy instruments, policy styles and policy implementations, national approaches to theories of instrument choice. **Policy Studies Journal**, v. 19, n. 2, p. 1-21, 1991.

HUNTER, Floyd. **Community Power Structure: a study of decision makers**. 4. ed. The University of North Carolina Press: Chapel Hill, 1973.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

MILL, John S. **Considerations on representative government**. London: The Electric Book Company Ltd., 2001.

VAZQUEZ, D. A. **A influência das capacidades municipais nos resultados das políticas de educação e saúde.** In: 36º Encontro Anual Da Anpocs, 2012, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2012. p. 1-28.

João Tavares · Advogado e graduado em Administração Pública pela FGV, tem passagens por organizações do terceiro setor como RenovaBR e Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Foi diretor-executivo da Escola Comum, uma escola de formação política para jovens de periferias e interiores do Brasil, e é co-fundador da Rede Nacional de Educação Cidadã. Em 2024, foi escolhido como um Young Global Changer pelo think tank Global Solutions Initiative, baseado em Berlim.

Helena Carvalho Schmidt · Co-fundadora da Rede Nacional de Educação Cidadã, Mobilizadora da na Politize! e voluntária na rede Global Shapers, já participou de variadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento e à justiça social. Consultora de comunicação e gestão institucional, já atuou entre os três setores na Bélgica, Estados Unidos e Brasil, incluindo o Fundo da População das Nações Unidas em Nova Iorque. É formada com três bacharéis em Comunicação (Purdue University), Inglês e Ciências Políticas e um certificado de Estudos Internacionais (Indiana University).

Tashi de Fáveri Torres · Co-fundadora da Rede Nacional de Educação Cidadã, voluntária na Elas no Poder e na Toda Cidadã e Especialista de Diversidade, Equidade e Inclusão e Cultura Organizacional no setor privado. Atuou em mais de 25 países com projetos de DEI, Gênero, Políticas Públicas e Liderança. Fez parte de organizações como AIESEC Internacional, ImpulsoBeta, Politize! e PwC. É especialista de Direitos Humanos e Responsabilidade Social pela PUC-RS e MBA em Gestão de Projetos pela USP ESALQ.